

## **Aluno pobre teve menos oferta escolar sob vírus, aponta FGV <sub>B3</sub>**

# Sem escola, 'geração Covid' será mais desigual e ganhará menos

Classe A/B estudou mais em 2020 e mais pobres receberam menos atividades

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** O fechamento das escolas e a omissão de alguns estados e municípios durante a pandemia de Covid-19 aprofundaram as desigualdades regionais no Brasil e devem ter impactos profundos sobre a renda futura dos atuais estudantes.

Não só a classe A/B estudou mais em 2020 como os estados mais pobres ofereceram muito menos atividades escolares na rede pública a seus alunos.

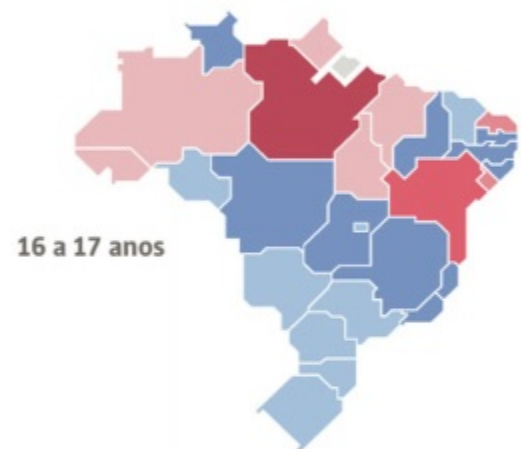
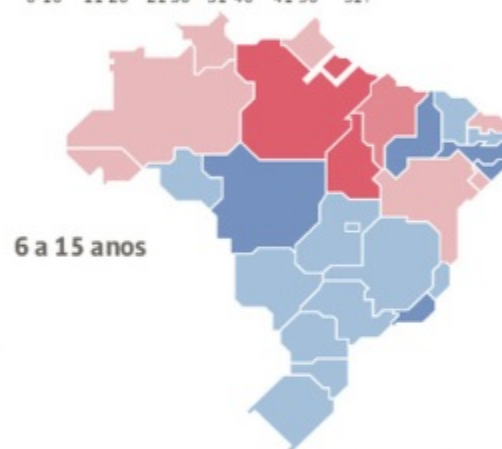
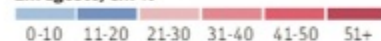
Em média, cada ano de ensino a mais no Brasil representa ganho de 15% no salário futuro e 8% mais chance de conseguir um emprego. Mas, em 2020, uma massa enorme de crianças no ensino fundamental, e jovens no ensino médio, majoritariamente na rede pública, nem sequer teve a alternativa de estudar em casa.

No Pará, 62,6% dos jovens entre 16 e 17 anos não receberam atividades escolares das redes de ensino. Na Bahia, 45,3%. No outro extremo, apenas 2,5% dos jovens em Santa Catarina, e 3,2% no Paraná, ficaram sem tarefas enviadas pelas escolas.

No ensino fundamental, a tendência foi a mesma, embora com percentuais meno-

## Não receberam atividade escolar

Em agosto, em %

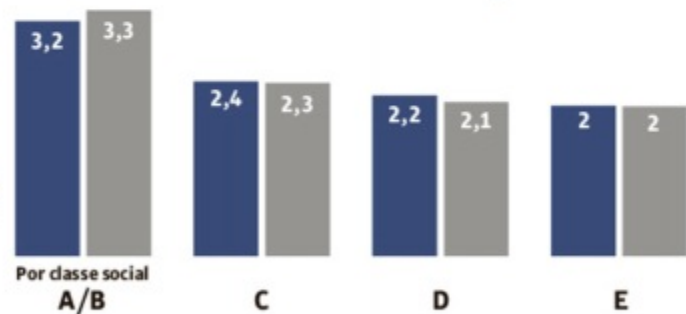


## Ricos dedicaram mais tempo para a escola

Em agosto, horas por dia útil

6 a 15 anos

16 a 17 anos



Fonte: FGV Social com base nos microdados da Pnad Covid/IBGE

res de estudantes sem tarefas (45,3% no Pará e 26,8% na Bahia, por exemplo).

Em São Paulo, 5% dos alunos do ensino fundamental ficaram sem atividades; e 7,5%, no médio.

Segundo dados organizados pela FGV Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19 de agosto, quanto mais baixa a classe social do aluno, menor foi a oferta de ativida-

de escolar —e, consequentemente, menos horas empenhadas nos estudos.

Entre alunos de 6 a 15 anos da classe A/B, por exemplo, apenas 2,9% não tiveram oferta de tarefas escolares em

agosto. Na classe E, a média no país foi de 21,1%.

Julho, mês de férias escolares, teve números parecidos, o que permite inferir que os resultados de agosto podem ter se repetido, com algumas variações, nos demais meses da pandemia.

O Brasil tem cerca de 30 milhões de estudantes entre 6 e 15 anos, e 81,7% receberam atividades das escolas. Entre os alunos de 16 e 17 anos, o percentual médio cai a 76,3%.

Do ponto de vista do aumento da desigualdade regional, o problema é que os administradores de estados e municípios que não disponibilizaram tarefas concentram-se justamente nas áreas mais pobres.

A falta de conectividade dos alunos não justifica a indisponibilidade de tarefas em muitos locais, já que pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostrou que somente 10% dos alunos brasileiros no ensino médio, por exemplo, não tinham acesso à internet em 2018.

Os alunos de locais menos atendidos por governadores e prefeitos pela educação a distância também estão estudando bem menos horas diárias que seus conterrâneos da classe A/B.

Em Alagoas, por exemplo, o segundo estado com mais pessoas na extrema pobreza no país (Maranhão é o primeiro), foram os alunos da classe A/B os que estudaram mais horas no mês de agosto.

“Se existia alguma coisa que ainda melhorava no Brasil em termos de desigualdade era a educação. Agora, isso também está sendo quebrado pela pandemia”, diz Marcelo Ne-

ri, diretor da FGV Social. “Como preditor da desigualdade futura, o nível educacional é o melhor de todos. A Covid deixará uma cicatriz importante também para o mercado de trabalho.”

Neri ressalta que, até 2017, foram os jovens com idades entre 14 e 19 anos os que mais perderam renda do trabalho como consequência da última recessão (2014-2016). Agora, são eles novamente os mais afetados pela perda do ano escolar.

A FGV Social destaca que o governo federal também teve responsabilidade em não coordenar uma resposta em nível nacional na área da educação.

Até a segunda semana de outubro, segundo o portal Monitoramento dos Gastos da União com Combate à Covid-19, enquanto as despesas totais no enfrentamento à epidemia somavam R\$ 448 bilhões, o Ministério da Educação acumula gastos de apenas R\$ 479 milhões.

Para o economista Naercio Menezes, pesquisador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, a “geração coronavírus” provavelmente será menos produtiva e mais desigual em relação às anteriores e posteriores.

“Muitos alunos provavelmente abandonarão a escola, especialmente os mais velhos, assim que o mercado de trabalho ou o crime organizado oferecerem mais oportunidades”, afirma.

Menezes defende que, para evitar mais evasão escolar, os estados e municípios decidam por não reprovar nenhum de seus alunos diante das condições a que eles foram submetidos em 2020.